

# COMPREENSÃO E REGRAS NA OBRA TARDIA DE WITTGENSTEIN

*Carlos Eduardo Batista de Sousa*

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**Resumo:** Wittgenstein analisa em sua obra tardia, a relação entre regra e sua aplicação. Neste contexto, emerge o tema sobre compreensão de regras. O autor possui uma concepção distinta da tradição no que se refere à compreensão de algo (seja uma palavra, seja uma regra). Compreender uma regra não é um fenômeno mental, mas um ato natural, uma habilidade dominada pelo treino e aplicação de uma técnica cujo critério é o comportamento público dos agentes. Em algumas partes, surge a discussão sobre uma possível lacuna entre regra e aplicação que abriu margem para interpretações equivocadas. Contudo, Wittgenstein apenas considera esta lacuna para fins de investigação, e conclui que a lacuna seria impropriedade. Este artigo visa analisar o debate wittgensteiniano por meio de evidências textuais com citações selecionadas da obra tardia do autor. Defendo que Wittgenstein possui uma postura naturalista e pragmatista com relação à aplicação e compreensão de regras e que, a lacuna entre regra e compreensão é aparente e ocorreria caso se adotasse um modelo mentalista de compressão da linguagem.

**Palavras-chave:** Mente, habilidade, técnica, seguir regras.

**Abstract:** Wittgenstein analyses in his later works, the relation between the rule and its application. In this context, the topic of understanding emerges. The author has a particular conception of understanding that contrasts with the philosophical tradition. According to Wittgenstein, understanding is not a mental phenomenon, but it is a natural behavior, an ability mastered by means of training and the application of techniques. The criteria of understanding are the agents' public behavior. Elsewhere Wittgenstein examines a possible gap between rule and its application. This apparent split gave rise to misunderstandings. However, the gap is an illustration in order to show the nonsense of a particular conception of understanding, the so-called mentalism. In this paper I do defend that Wittgenstein's view of understanding of rules is naturalist and pragmatist and the supposed gap is unfounded and it comes about when one assumes the mentalist model of understanding. I present textual evidences by quoting selected passages from Wittgenstein later works, I tried to make explicit the author's positions concerning rule and understanding.

**Keywords:** mind, ability, technique, rule-following.

## Introdução

Há pontos controversos na obra filosófica de Ludwig Wittgenstein, dentre eles, a discussão sobre o fenômeno da compreensão de regras e o agir. O tema é discutido pelo autor em diversos textos e, uma visão integrada do assunto requer consulta ao conjunto de sua obra. Contudo, a tarefa é maçante. Não obstante, tento esclarecer o tema da compreensão e regras citando

passagens de Wittgenstein. Em linhas gerais, a obra tardia de Wittgenstein possui uma posição de viés naturalista com aspectos pragmatistas. Este raciocínio se baseia na premissa enfatizada pelo autor de que a explicação do conhecimento humano encontra fundamento na prática social que é um fenômeno natural. Saliento que esta posição se refere ao chamado Wittgenstein tardio, que vai da transição do *Tractatus* até seu último escrito.

Agentes estão inseridos na prática social, e, nestes termos, a própria prática social é capaz de explicar fenômenos humanos, como por exemplo a compreensão de regras. Não há transcendência da prática, visto que os agentes são parte integrante da prática social. O que chamo de *pragmatismo naturalista*, é uma posição que privilegia as consequências práticas ou efeitos reais que a teorização pode oferecer. Nesse sentido, *teoria* e *prática* não estão separadas porque teorias são ferramentas ou meios de mapear a prática no mundo. No bojo desta discussão, pode-se dizer que não há fosso entre compressão e agir segundo regras. Seguir regras é uma prática de agentes competentes cujo critério é o pano de fundo das ações coletivas.

Algumas características do pragmatismo naturalista são: anti-cartesianismo (recusa em fundamentar o agir na razão), empirismo (cognição social através da interação), instrumentalismo (linguagem como ferramenta), anti-realismo (não há uma realidade independente), verificacionismo (critério público de verificação), relatividade conceitual moderada (semântica conceitual varia segundo contexto de uso). Estas ideias estão presentes na obra tardia de Wittgenstein. Através de citações do autor<sup>1</sup>, o naturalismo wittgensteiniano ganha relevo.

Tipicamente, tanto o Realismo quanto o Idealismo tentam fundamentar o conhecimento humano (o agir e a razão) em bases apriorísticas, i.e., em entidades abstratas que residem para além da prática social mundana. Deste modo, as ciências seriam incapazes de explicá-las. Em Wittgenstein há um foco na prática cotidiana dos jogos de linguagem que servem de ilustração para revelar o agir humano e lançar luz nos problemas filosóficos. Através de inúmeros jogos de linguagens, Wittgenstein descreve contextos sociais que formam uma ampla rede conceitual ligadas por semelhanças de famílias. As práticas linguísticas, portanto, são atividades sociais e estão inter-relacionadas na linguagem. Em vez de teorizar *a priori*, Wittgenstein descreve diferentes práticas e contextos de uso de uma mesma palavra ou expressão para fins de aprendizagem e esclarecimento.

---

<sup>1</sup> As citações neste artigo foram traduzidas por mim a partir das edições originais em alemão e inglês. Se houver incoerências nas traduções, a responsabilidade é exclusiva do autor.

No entanto, o naturalismo wittgensteiniano é distinto e divergente do naturalismo científico assumido pelos pragmatistas americanos. Wittgenstein considera o discurso científico apenas *mais um* modo de descrição do mundo, e não *o* meio para se alcançar a verdade. O naturalismo científico privilegia o método científico que é empírico e reducionista. Por outro lado, Wittgenstein assume uma posição anti-reducionista, pois não existe somente uma descrição correta do mundo, mas várias. Uma única descrição pode apenas mostrar uma parte isolada ou camada do mundo. Wittgenstein desenvolve o método de jogos de linguagem para mostrar os diferentes modos de descrição do mundo. Nestes moldes, a tarefa da filosofia segundo o autor, consiste em descrição ou observações (*Bemerkungen*) dos fenômenos do mundo. Contudo, Wittgenstein aproxima-se do pragmatismo americano, em particular de William James. Wittgenstein amplia as ideias de James de que a linguagem é um fenômeno público e compartilhada, e que significado emerge das práticas sociais<sup>2</sup>.

Pode-se dizer que os pragmatistas americanos e Wittgenstein tinham uma “agenda paralela” haja vista terem como meta, a refutação de dúvidas céticas, a recusa do fundacionalismo cartesiano e da metafísica tradicional. John Dewey segue nesta linha e possui posição próxima da visão de Wittgenstein<sup>3</sup>. Segundo Wittgenstein, compreender algo tem relação direta com a ação de seguir regras. Este texto visa esclarecer este assunto por meio de um *rearranjo*, ou melhor, uma *rearticulação* dos escritos wittgensteinianos fornecendo evidência textual da obra do autor, ressaltando o caráter naturalista subjacente em suas observações<sup>4</sup>.

### **“Qual seu objetivo em filosofia? Mostrar à mosca a saída da garrafa (Fliegenglas)” (PU §309). A filosofia de Wittgenstein**

A obra de Wittgenstein possui um caráter peculiar, decorrente de sua concepção de filosofia. Existe uma dificuldade de entendimento das posições do autor. Certos mal-entendidos não seriam recorrentes na obra filosófica de Wittgenstein, e, *a fortiori*, na filosofia. Um desses mal-entendidos é a

---

<sup>2</sup> Wittgenstein foi leitor de James (*The Varieties of Religious Experience* e *Principles of Psychology*), e considerava James um “bom filósofo” e um “ser humano real”. Há várias referências a James nos escritos tardios.

<sup>3</sup> Sobre esta conexão ver EAMES, E. R., FIELD, R. W. (eds.) *Experience and Value: Essays on John Dewey and Pragmatic Naturalism*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2003. Sobre o pragmatismo presente na obra de Wittgenstein ver PIHLSTRÖM, S. (2012).

<sup>4</sup> Sigo a estratégia de Wittgenstein: “deixar ao leitor tudo o que ele possa fazer sozinho (...) devo apenas ser um espelho no qual o leitor possa ver seu próprio pensamento.” (*Nachlass* itens 137 p.134b e 153a p.164r, MS-134, 137b, 143a.). Portanto, meu intuito é permitir ao leitor identificar nas passagens de Wittgenstein a posição defendida neste texto.

interpretação de Saul Kripke<sup>5</sup>. Quero salientar que o leitor deve considerar à risca os escritos de Wittgenstein como um todo e, ao fazer isto, será capaz de perceber que o problema exposto por Kripke<sup>6</sup> não seria um problema real para Wittgenstein. Portanto, um objetivo tangencial que cruza este texto é mostrar que a concepção filosófica de Wittgenstein não permitiria a existência de um cético radical como Kripke imagina, pois, de acordo com Wittgenstein, em algum lugar as dúvidas e explicações cessam e o que permanece é o nosso modo de agir primitivo<sup>7</sup>.

Não é novidade afirmar que Wittgenstein desencadeou uma reviravolta na filosofia do século XX. Sua concepção filosófica possui caráter único, determinando um lugar singular na história da filosofia. Porém, alguns filósofos e historiadores identificam erroneamente um lado negativo em sua filosofia, uma vez que Wittgenstein recusa tentativas *a priori* de fundamentação do conhecimento na razão. Além disso, Wittgenstein possui uma concepção de filosofia radicalmente distinta da tradição. Frequentemente, devido a equívocos interpretativos, Wittgenstein é acusado de cético, irracionalista, e anti-filosófico. Contudo, isto decorre do modo *como* o autor é apresentado. Mal-entendidos podem se originar ao desconsiderar os seguintes pontos: (i) o desenvolvimento filosófico gradual (desde o *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP) até seu último escrito, *Über Gewißheit* ÜG – *Sobre a Certeza*); (ii) os escritos do autor como um todo<sup>8</sup> e, (iii) as posições que Wittgenstein visa recusar.

É provável que alguns equívocos resultem de leituras superficiais da obra de Wittgenstein. Em primeiro lugar, o leitor de Wittgenstein tem de estar preparado para críticas duras pois o autor executa uma avaliação rigorosa da chamada *Tradição Filosófica*. Portanto, o entendimento da obra filosófica de Wittgenstein requer um passo atrás e a suspensão de concepções filosóficas

<sup>5</sup> KRIPKE (1982). Não pretendo refutar a interpretação de Kripke, mas apenas chamar a atenção para o seguinte fato: Wittgenstein não permitiria que dúvidas céticas radicais proliferassem sem comprometer o sistema de regras.

<sup>6</sup> Brevemente, Kripke sustenta que entre os parágrafos 138-202 das *Investigações* Wittgenstein estaria inaugurando um novo tipo de ceticismo na forma de um paradoxo, a saber, o paradoxo entre a compreensão da regra e sua aplicação. Entre ambos haveria um abismo intransponível. Para tal paradoxo, Wittgenstein teria proposto uma solução cética baseada no que Kripke chama de condições de assertabilidade fornecida pela comunidade linguística. Estas condições seriam o substituto das condições de verdade (a teoria da figuração defendida por Wittgenstein no TLP). Segundo Kripke, este seria o problema central das *Investigações*.

<sup>7</sup> Cf. ÜG §204.

<sup>8</sup> Segundo NEDO (1993, p.125), editor do *Nachlaß*, "O trabalho de Wittgenstein não consiste, como sugerem algumas publicações até agora, de elementos discretos. Particularmente, assemelha-se a um sistema complexo, um organismo no qual cada parte está relacionada com outras, cuja função serve a diferentes finalidades. Este intrincado conjunto de relações produz a impressão de um trabalho em constante desenvolvimento." Cabe lembrar que o *Nachlaß* de Wittgenstein está todo disponível para pesquisa na página: <http://www.wittgensteinsource.org>.

tradicionais, principalmente a recusa das chamadas “grandes questões da metafísica”<sup>9</sup>.

Outra dificuldade apontada por neófitos à obra wittgensteiniana é o método de argumentação do autor. Wittgenstein não adota o modelo de escrita usado em filosofia. *Todos* os seus textos são observações sobre determinados assuntos e são redigidos em forma de diálogo. Contudo, não é um diálogo tradicional (nos moldes dos diálogos platônicos). Seu texto é informal, com muitos exemplos e *Gedankenexperimenten*. Wittgenstein adota a linguagem cotidiana, pois seu objetivo é ancorar a filosofia nas práticas sociais, longe de contextos estranhos como o da metafísica. Tal fato, revela-se, *prima facie*, como uma barreira a iniciantes em sua filosofia. No entanto, tal dificuldade é somente inicial, pois uma leitura sistemática supera este problema.

A leitura atenta e repetida permite identificar interlocutores em vários de seus escritos. Wittgenstein expressa concepções filosóficas clássicas nas palavras de um interlocutor imaginário. Os escritos não são divididos em capítulos. Em realidade, Wittgenstein nunca escreveu um livro sequer em vida (exceto o TLP). O autor anotava seus pensamentos em cadernos e blocos de notas e, depois, voltava a estas anotações de modo a aperfeiçoá-las. Manuscritos eram produzidos para serem ditados e, posteriormente, ele recortava as partes que interessava e as colava em outros cadernos, sempre aperfeiçoando o texto. Na verdade, seus escritos são uma coleção de cadernos e páginas datilografadas numeradas, uma enorme colagem revelando a insatisfação do autor quanto às suas ideias<sup>10</sup>.

Os escritos do autor discutem temas com certa repetição em vários textos distintos, temas que se cruzam com outros, e que, frequentemente, estão interligados formando uma ampla rede. É constante a retomada às mesmas questões. Contudo, a repetição é estratégica e coerente; Wittgenstein interliga temas para mostrar a conexão ente eles e transmitir a ideia de que os temas

---

<sup>9</sup> “Casualmente falando-se, a antiga concepção – por exemplo dos (grandes) filósofos ocidentais – de que existiam, em sentido científico, dois tipos de problemas: problemas essenciais, grandes, universais, e problemas não-essenciais, como se fossem acidentais. Contra isso existe nossa concepção, de que não há, no sentido da ciência, nenhum grande problema essencial” (VB p.464).

<sup>10</sup> NEDO (1993, p.53/59), relata que “a chave atual para se entender a filosofia de Wittgenstein, baseado em sua forma idiossincrática de apresentação, é o estudo das conexões entre as observações: o complexo fluxo de pensamentos que se fossem acidentais. Estudar as repetições das observações em seus contextos de mudança é uma ferramenta heurística essencial na análise da filosofia de Wittgenstein. (...) As observações filosóficas da filosofia de Wittgenstein só podem ser propriamente entendidas em seu contexto natural, na sequência dos manuscritos e no amplo contexto de seu trabalho completo.”

fazem parte de um contexto mais amplo, a saber, a forma de vida<sup>11</sup>. A consideração destes tópicos em partes ou isolados conduz a equívocos, uma vez que as *partes* adquirem sentido na relação com o *todo*.

### Compreensão, Estados Mentais e Regras

A ideia de que fenômenos mentais tais como estados, processos ou eventos são causadores das ações é ainda aceita (apesar de afirmações contrárias advindas das neurociências atuais). Por conseguinte, esta visão assume que a compreensão é um tipo de fenômeno mental ocorrendo em um espaço privado inacessível ao público externo. Compreender algo seria ter em mente a imagem (uma representação) de um objeto específico visualizado pelo “olho da mente”. Esta visão seria responsável pela apreensão do significado das palavras.

Wittgenstein analisa esta visão e aponta algumas incoerências. Segundo o autor, o fenômeno da compreensão não se funda em atos mentais, pois *compreender* é uma habilidade exercitada na prática dos jogos de linguagens; “Compreender é semelhante à sabedoria continuada (*Weiterwissen*), e então é uma habilidade (*Können*)”<sup>12</sup>. Nestes termos, não é necessário a ocorrência de algo na mente para que seja possível compreender, embora seja possível que uma série de eventos possa realmente “ocorrer na mente” enquanto um agente compreende uma proposição. Mas este fenômeno mental em si não é *essencial* para a compreensão. Glock resume esta posição do seguinte modo: “Há pré-requisitos fisiológicos para a compreensão – por exemplo, a posse de um cérebro de um determinado tamanho e complexidade, ou mesmo a ocorrência de processos neurais específicos. Essas são, entretanto, necessidades empíricas que nada informam sobre o conceito de “compreensão”<sup>13</sup>. A seguir citações selecionadas que esclarecem o tema:

Quando compreendemos um enunciado, nós frequentemente temos certas experiências características ligadas a ele e com as palavras que contém. Mas o significado de um símbolo em nossa linguagem não são sensações que surgem, nem impressões momentâneas que são criadas em nós. O sentido de uma proposição não é nem a sucessão de sensações nem uma significação definida. (...) Podemos entender um símbolo quando pegamos seu significado de uma vez, como algo intuitivo. Ou entendê-lo pode ser algo discursivo: saber seu significado por saber seu uso. Saber o uso de um signo não é certo estado durando certo tempo (W.L.C II §25, p.29).

<sup>11</sup> Cf. VB p.451: “Meu modo de filosofar é sempre e sempre novo para mim mesmo, e por isso eu tenho de me repetir frequentemente. Para outra geração permanecerá como “tatuagem na pele” (*in Fleisch und Blut übergehen*), que considerará as repetições algo maçante. Para mim elas são necessárias”.

<sup>12</sup> BPP I §875; cf. PU §9.

<sup>13</sup> GLOCK, 1997, p. 92-93. Cf. BB p.6-7, 118-20, PU §§149-58, 339, PG parte I.

O sentimento (*Gefühl*) de que toda e tal descrição (*Darstellung*), por assim dizer behaviorista que seja grosseira (*roh*), conduz ao erro; mas tentados a procurar uma descrição “melhor”; mas esta não existe. Uma é tão boa como a outra, e a cada vez em que representa, é o *sistema* no qual o signo é usado. (...) Se alguém diz que o pensamento é uma atividade psíquica (*seelische Tätigkeit*) ou uma atividade mental, então se pensa a mente como uma entidade nebulosa e gaseiforme na qual certas coisas podem acontecer, e que, fora desta esfera não podem (O processo do pensamento na mente humana e o processo de digestão) (PG I, IV §60).

“Na mente”, “na cabeça” são frases usadas para denotar um modelo. (...) A descrição do que acontece em sua mente quando ouve ou usa uma sentença na qual a palavra “planta” ocorre, faz você compreender a sentença e não expressá-la como um papagaio, e tal será muito variado como se segue: (1) há alguma imagem na mente, (2) em um exame esta imagem não é encontrada, (3) a ideia geral de que, se não é uma imagem deve ser alguma coisa mais misteriosa. A coisa estranha é que esta coisa misteriosa nunca é encontrada. Não haverá nada ocorrendo em sua mente, e ainda sim você poderá falar com um papagaio. O que nos faz acreditar que deva existir tal ideia geral em nossa mente? (...) Estamos inclinados a dizer que o que *compreendemos* quando significamos uma palavra é um processo na mente. Mas *quando* esta atividade ocorre? Quando as palavras são ouvidas, ou imediatamente depois, ou quando? Há alguma coisa na mente tal como um conjunto de sinos, que ao ouvir uma palavra soam, e quando uma sentença é ouvida os sinos tocam várias vezes, um depois do outro? Não, esse não é o caso. Há uma saída desta dificuldade de explicar o que é a compreensão se assumirmos que “compreender uma palavra” quer dizer, *grasso modo*, ser capaz de usá-la. O ponto dessa explicação é substituir “compreender uma palavra” por “ser capaz de usar uma palavra”. (...) Realmente, palavras em sentenças frequentemente são acompanhadas por alguma coisa ou outra, imagens ou não. (...) conversar pode continuar sem o pensar, como quando dizemos uma coisa enquanto pensamos em outra coisa, ou falamos sem compreender, é natural pensar o falar e compreender como sendo duas atividades ocorrendo ao mesmo tempo. (...) A palavra “compreender” é usada de dois modos diferentes, um parece aludir um processo que acompanha a audição ou expressão de uma palavra ou sentença, e o outro parece não ter nada a ver com o acompanhamento, mas é alguma coisa como ser capaz de usar uma palavra ou sentença. A expressão “ser capaz de” é tal que nosso critério para seu uso é fazer coisas, ter feito coisas, dizer que podemos, etc. Pode ser o caso de que sempre que alguém ouve uma palavra um evento peculiar ocorra. Eu não gostaria de negar isso. Talvez quando você ouça uma palavra uma luz pisque em seu cérebro ou alguma coisa como um sino soe. Mas é esta experiência o que se quer dizer por “compreender uma palavra”? Não, embora alguma coisa mental possa estar envolvida na compreensão ainda sim não é possível dizer isso. Não tento dar uma definição do termo “compreender”. [...] em muitos casos em que usamos a palavra “compreender”, podemos substituí-la por “saber o uso de” (WLC pp.78-79)<sup>14</sup>.

Nenhum pressuposto me parece mais natural do que aquele em que associação ou pensamento não está relacionada a nenhum processo no cérebro; então isso seria impossível, verificar (*ablesen*) processos de pensamentos a partir de processos cerebrais. Quero mesmo dizer: quando falo ou escrevo, e assim por

<sup>14</sup> Ver também PU §§35, 305-306, BB p. 3-6, 88, 29, 155-162, PG I §59.

diante, pressuponho que há uma associação entre meu pensamento falado ou escrito com o sistema de impulsos em meu cérebro. Mas por que deveria o *sistema* continuar a agir deste modo? Por que esta ordem não deveria brotar do caos, por assim dizer? (BPP I §903).

As citações evidenciam a posição do autor sobre o ato de compreender: geralmente se imagina que compreender algo consiste em um processo mental ocorrendo paralelamente ou causando a compreensão em si. Wittgenstein recusa esta imagem mentalista, porque a compreensão parece ser algo anterior à formação de uma imagem mental. Compreender algo é quase automático, uma resposta imediata segundo estímulos do meio. Devido a psicologia predominante à época ser a linha behaviorista, Wittgenstein adota alguns princípios. Mas Wittgenstein não é tão ingênuo e ao mesmo tempo tão radical como o behaviorista clássico a ponto de negar a experiência subjetiva.<sup>15</sup> O behaviorista não considera sequer o ato de compreender por que a análise do comportamento se resume ao estímulo e resposta. Entre o *Input* e *Output* não existe nada, uma posição chamada de caixa-preta pois ignora o que se passa na mente. Wittgenstein, ao contrário do behaviorista, tem interesse em saber como ocorre a compreensão de regras e, embora tenha simpatia pelo behaviorista, contudo, o autor não nega que fenômenos subjetivos ocorram no cérebro. A inconsistência segundo o autor é assumir que esta experiência subjetiva seja fundamental para o ato de compreender, e, particularmente, que compreender regras seja um ato puramente mental<sup>16</sup>.

A discussão de Wittgenstein sobre o ato de compreender baseia-se no conceito de *regra*. Através da discussão sobre regras, o tema da compreensão emerge no texto. No parágrafo 139 das *Investigações*, Wittgenstein pergunta: “Mas o que realmente vem à nossa mente quando *compreendemos* uma palavra? – Não é algo como uma imagem? Não pode ser uma imagem?” Nesse ponto do texto, o interlocutor de Wittgenstein defende a posição mentalista – posição já contida de modo bem mais simples na concepção agostiniana da linguagem citada na abertura das *Investigações*. *Grosso modo*, esta concepção diz que ao ouvir uma palavra como “cubo”, um agente tem diante do olho da

---

<sup>15</sup> Segundo BUDD, (1991, p.18-19), “Wittgenstein claramente rejeita uma concepção de behaviorismo. Se um behaviorista sobre conceitos psicológicos é alguém que insiste que palavras como ‘dor’, ‘alegria’, ‘intenção’, ‘crença’, ‘pensamento’, representam formas de comportamento, então Wittgenstein não é um behaviorista. (...) Existe, contudo, uma forma mais sofisticada de behaviorismo do que este, que não envolve a identificação de eventos psicológicos com formas de comportamento, que está presente nos escritos de Wittgenstein sobre filosofia da psicologia e que explica o repetido peso do behaviorismo apresentado contra sua descrição de conceitos psicológicos. Para Wittgenstein palavras como ‘ver’, ‘visualizar’, ‘dor’, ‘intenção’, ‘alegria’, ‘crença’, e assim por diante, não representam estados, eventos ou processos que causam o comportamento no qual ver, visualizar, ter dor, intencionar, alegrar-se e crer são manifestados”.

<sup>16</sup> Cf. BGM IV §32, cf. também WLC p.56-57.



mente uma imagem do objeto designado pela palavra “cubo”, e desse modo, através de um tipo de definição ostensiva privada, poderia apreender o significado da palavra “cubo”.

Para Wittgenstein esta é a origem do erro, i.e., assumir que, para se compreender uma palavra, é necessário ter uma imagem mental. O erro origina-se da transposição do vocabulário externo para o chamado “mundo interno” (a mente)<sup>17</sup>. De acordo com Wittgenstein, utilizar termos públicos para aplicação ao mundo interno da mente seria confundir os contextos de uso das palavras “evento”, “estado” ou “processo”<sup>18</sup>. A compreensão não é um fenômeno misterioso e oculto que ocorre na mente, mas algo público exibido na prática dos jogos de linguagem. No entanto, algo pode ocorrer na mente, mas este algo não é responsável pela compreensão da regra.

Prosseguindo com o estudo, o autor se pergunta: “Se o conceito “compreensão” exigisse um estado mental com caráter temporal, em que momento [tempo] então surge a compreensão? Por exemplo, “Quanto tempo é necessário para se compreender uma proposição?” (PG I §12):

A gramática da palavra “saber” (*wissen*) está publicamente ligada de modo estreito com a gramática da palavra “poder” (*können*), “ser capaz de” (*imstand sein*). Mas também estreitamente ligada a palavra “compreender”.

(a) “Compreender uma palavra”, um estado. Mas um *estado* mental?

Tristeza, excitação, dor, denominamos de estado mental. Faça esta consideração gramatical: dizemos

“Ele estava triste o dia inteiro”

“Ele estava numa grande excitação o dia inteiro”

“Ele teve dores ininterruptas desde ontem”.

Dizemos também “compreendo esta palavra desde ontem”. Mas “ininterruptamente?” – Sim, pode-se falar de uma interrupção da compreensão. Mas em que casos? Compare: “Quando diminuíram suas dores?” e “Quando você parou de compreender a palavra?”

(b) Como, se se pergunta: quando você *consegue* jogar xadrez? Sempre? Ou enquanto você faz um lance? E durante cada lance ou a partida inteira? – E como é estranho que saber jogar xadrez necessite tão pouco tempo, e uma partida muito mais (PU §150, cf. também BGM I §130, BPP II, §199, *Nachlaß* item 213).

Como posso compreender *agora* a proposição, se a análise deve poder mostrar *o que* eu realmente entendo? Aqui joga-se com a ideia da compreensão como um processo mental especial (Z. §445).

---

<sup>17</sup> Cf. BB p. 28-33, PU II p.523.

<sup>18</sup> Ver Z § 446 citada logo em seguida, e cf. PU §154.

Mas não pense de jeito nenhum na compreensão como “processo mental”! – Pois *este* é o modo de falar que te confunde. Mas pergunte a si mesmo: em que caso, em que circunstância dizemos “Agora sei continuar”, se a fórmula nos veio ao pensamento? (...) Não pensemos, pois, que *temos* (*müssen*) de encontrar um processo mental específico, porque o verbo “compreender” está aí e porque se diz: compreender seria uma atividade da mente (Z §446)<sup>19</sup>.

Wittgenstein conclui que atribuir a uma palavra um papel que não desempenha nos contextos normais acarreta confusão conceitual, porque ao aplicar uma palavra dependente de contexto-específico, pode ocorrer confusão. “Estado” é uma palavra usada em certos jogos de linguagens e com características como temporalidade e espacialidade que desempenha certos papéis dependendo do contexto, e isso é determinado pela *gramática*. A tentativa de explicar a compreensão como um fenômeno mental seria um erro comum de filósofos e psicólogos<sup>20</sup>. O erro principal é a transposição do vocabulário público para o mundo privado, transformando-o em um vocabulário “mentals”, algo como uma linguagem privada.

A compreensão não surge na mente de uma hora para outra como algo mágico e nem é o resultado de uma sequência de eventos ou processos mentais que são temporais. Pelo contrário, segundo Wittgenstein a compreensão se manifesta em outro nível: *na prática* dos jogos de linguagens<sup>21</sup>. No entanto, como ressaltai antes, Wittgenstein reconhece que alguma coisa ocorre na mente (imagens, sensações, etc.) que podem até ser, na melhor das hipóteses, um sintoma ou sinal de que houve compreensão, mas *não são* a compreensão em si; podem ser no máximo, meras correlações espúrias, porém não causais<sup>22</sup>. Compreender é *aplicar regras*, é algo público. O critério de compreensão reside no comportamento público do agente que compreende algo quando a aplicação de uma determinada regra é consistente com o uso geral feito pelos membros da forma de vida.

O método da introspecção também não pode revelar a verdade de qualquer fato mental. Mesmo que numa introspecção alguma imagem seja revelada, esta por si não teria como determinar o uso correto de um signo, pois este seria susceptível a infinitas interpretações<sup>23</sup>. Novamente, fenômenos

---

<sup>19</sup> Ver também PU §154, BB p.3-4, 38-40, WLC p. 49, 78, Z §33, PG I §6.

<sup>20</sup> Cf. PU §571.

<sup>21</sup> Wittgenstein investiga mais detalhadamente a possibilidade de a compreensão ser um processo ou evento mental em PU §§153-156, PG I §§ 6, 10, 12-13, 33-35, 38, 41-42.

<sup>22</sup> Cf. PU §§ 172-178, BB p.149-150.

<sup>23</sup> “Verifying by introspection’ é uma expressão totalmente enganadora. Pois diz que em primeiro lugar ocorre um processo, a introspecção, comparável com o olhar através de um microscópio, ou com o processo de virar a cabeça de forma a ver alguma coisa.” (Z §436) Cf. também PU §§73-74, 139-141, Z §236, BB p.36-37.

mentais podem ocorrer paralelamente ao se compreender algo, mas não são determinantes e nem correlatos causais da compreensão.

A concepção mentalista pode ser resumida na seguinte proposição: significar algo é ter uma imagem mental prévia no olho da mente daquilo que será significado. Por exemplo, significar “cubo” seria ter uma imagem privada na mente de um objeto a que comumente se chama “cubo”<sup>24</sup>. Este tipo de modelo privado da mente, comum em filosofia da mente, é responsável por muitas confusões. Segundo este modelo, o ato de significar ocorreria em um meio gasoso obscuro. O que um agente teria em mente seria uma representação ou modelo mental. Contudo, “O conceito de “imagem interior” é enganador, porque o modelo para este conceito é a “imagem exterior”; e, no entanto, os empregos dessas palavras conceituais não se assemelham mais uns aos outros do que de “algarismo” e “número”<sup>25</sup>. Ou seja, estes conceitos não estão *aparentados*, e utilizar “imagem interior” é confundir os contextos de uso desta expressão. A repulsa e contradição é sinalizada por Wittgenstein em várias passagens como, por exemplo:

O que realmente surge em nossa mente (*vorschweben*) quando *compreendemos* uma palavra? – Não é algo como uma imagem? Não pode *ser* uma imagem? Suponha agora que ao ouvir a palavra “dado” uma imagem paire em sua mente. O desenho aproximado de um dado. Em que sentido essa imagem pode ajustar-se ou não ao emprego da palavra “dado”? (PU §139).

*E, agora o essencial é ver que, ao ouvir a palavra, o mesmo pode ocorrer em nossa mente e, sua aplicação, no entanto, pode ser outra. E, tem, então, a mesma significação em ambas as vezes? Acho que negaríamos* (PU §140).

Não pense, de jeito nenhum, na compreensão como um “processo mental”! – Pois *este* é o modo de falar que lhe confunde. Mas pergunte a si mesmo: em que caso e sob quais circunstâncias dizemos, pois “Agora eu sei continuar”? Quero dizer, quando a fórmula veio à mente (*eingefallen*)? (PU §154, cf. Z §446).

O significar não é um processo (*Vorgang*) que acompanha a palavra. Pois nenhum *processo* poderia ter as consequências do significar (PU II p.560).

Estas ideias são compartilhadas por muitos filósofos e psicólogos. Há uma forte tendência em atribuir à mente certos poderes que seriam, de algum modo, ocultos, mágicos ou estranhos. Um exemplo cabal usado por Wittgenstein é a ideia de que a mente conteria, atualmente, todos os casos futuros do ato de significar um signo. De certo modo supõe-se que a mente teria a forma de um reservatório ou armazém<sup>26</sup>. A mente, desse modo, anteciparia todas as aplicações de um signo e o agente poderia fazer uma

<sup>24</sup> Cf. PU §140.

<sup>25</sup> PU II p.523.

<sup>26</sup> Cf. BB p. 142-143, 169-170.

consulta prévia para saber o uso correto<sup>27</sup>. Para desfazer esta confusão Wittgenstein introduz a metáfora da máquina<sup>28</sup>: uma máquina já conteria todos os seus movimentos futuros. De fato, em filosofia pensar que o futuro esteja presente de algum modo estranho, revelando-se repentinamente como existência e não como potência, é algo comum.

É provável que nesta discussão Wittgenstein esteja criticando sua concepção de possibilidade lógica esboçada no TLP, mais exatamente na passagem 2.014. Lá o termo “espaço lógico” é concebido como um espaço virtual de possíveis combinações infinitas de objetos, podendo gerar infinitos estados de coisas atuais. Nesse caso, o espaço lógico seria um armazém de infinitos estados de coisas possíveis e impossíveis. Virtualidade e atualidade andariam juntas, pois o conceito de possibilidade permitiria que, virtualmente, algo já pudesse existir, por exemplo, estados de coisas (fatos) negativos. Mas como seria possível algo negativo existir? Wittgenstein refuta esta “mitologia” afirmando que este tipo de pensamento nos confunde:

O emprego incompreendido de uma palavra [possibilidade] é interpretado como expressão de um estranho *processo*. (Tal como se pensa no tempo como um meio estranho, da alma (*Seele*) como um ser estranho (PU §196).

Em filosofia sempre se é tentado a erigir uma mitologia do simbolismo ou da psicologia, em vez de simplesmente se dizer o que se sabe (PG I-II §18).

Uma *imagem* nos mantinha presos. E não podíamos dela sair, pois residia em nossa linguagem, que parecia repeti-la para nós inexoravelmente (PU §115)<sup>29</sup>.

A imagem a qual Wittgenstein se refere é a tese mentalista presente na concepção agostiniana de linguagem. Tal concepção induz ao uso de certas “explicações irresistíveis”, quando se é tentado a ver algo que não existe. Com este modelo em mente, se inventa uma mitologia sobre o funcionamento da linguagem como algo misterioso, uma espécie de mecanismo mental oculto cujo produto final é a compreensão fornecida por uma imagem mental. Ao defender tal posição o interlocutor de Wittgenstein se depara com dois problemas cruciais: (1) como ficariam palavras que não possuem referentes diretos ou indiretos, por exemplo, indexicais? (2) caso o mentalista esteja certo, qual seria o critério que asseguraria ao agente ter compreendido corretamente a palavra? O que seria um erro? Por conseguinte, o defensor desta posição se depara com o dilema: Ou a compreensão é um fenômeno mental baseado em um critério “seguro” ou não, e, portanto, não há critério.

---

<sup>27</sup> Cf. PU §§187-197, 138-139, BGM I §6.

<sup>28</sup> Cf. PU §194, BGM I §122.

<sup>29</sup> Cf. também PU §§90, 193-194, 518-521, BGM I §§122-125, PG VII §§88-90.

Se o defensor do mentalismo não tiver resposta às objeções de Wittgenstein, então sua teoria é falha. Através de uma *reductio* Wittgenstein faz seu interlocutor abandonar esta ideia, uma vez que, o mentalista exclui de seu argumento palavras que não possuem referentes no mundo. Consequentemente seria inviável compreendê-las, já que não seria possível construir uma imagem mental de palavras como “talvez”, “não” ou “hoje”. Por isso, esta concepção é falha. Para Wittgenstein a prática demonstra que é possível compreender estes tipos de palavras sincategoremáticas; basta aplicar os signos de acordo com as regras nos contextos específicos que o significado automaticamente emergirá e nada ocorrerá na mente que seja relevante para a compreensão. Contudo, alguma coisa ainda tem de ser dita sobre a compreensão.

### Regras e Publicidade

Há ainda um tipo de concepção sobre o ato de compreender, a saber, o modelo interpretacionista. Entre os parágrafos 85-86 e 198-201 das *Investigações* Wittgenstein discute esse tema. No contexto desta discussão surge a ideia de que compreender uma regra poderia consistir em interpretar a regra a partir de outra regra<sup>30</sup>. Ou seja, através de um tipo de tradução da regra por outra regra. O autor nega que uma interpretação possa determinar o ato de compreensão, porque poderia sempre haver a possibilidade de interpretar a interpretação, interpretar a interpretação..., caindo-se numa corrente infinita de interpretações, e, em algum lugar, elas têm de parar<sup>31</sup>. Porém, Wittgenstein também não nega que compreender, em alguns casos, não possa envolver talvez algum tipo de tradução, contudo via substituição de símbolos para ampliar o entendimento:

O processo (*Vorgang*) a que chamamos de compreensão de uma proposição, de uma descrição, é, às vezes, um processo de tradução (*Übertragen*) de um simbolismo em outro; uma derivação (*Nachziehen*) da imagem, uma cópia ou uma tradução em outro modo de representação. A descrição da compreensão, então significa; fazer para si uma imagem da descrição. E o processo é mais ou menos semelhante a: após uma descrição elaborar um esboço (PG I §7).

Mas uma interpretação é algo que é dado nos signos. É *esta* interpretação, em oposição a uma outra (referida de outra forma). Assim, quando se diz: “Qualquer proposição demanda ainda uma interpretação”, isso quer dizer: nenhuma proposição pode ser entendida sem algo adicional. Isto acontece naturalmente, ao *interpretar* signos, eu dou uma interpretação a um signo, mas não sempre quando eu interpreto um signo! (quando me perguntam “que horas são?”, não ocorre em mim nenhum trabalho de interpretação; eu simplesmente

---

<sup>30</sup> Cf. BUDD, 1989, p.34-35.

<sup>31</sup> Cf. BGM VI §§38-39.

reajo aquilo que eu ouço e vejo. Alguém puxa uma faca contra mim, eu não digo: “Interpreto isso como uma ameaça” (PG I §9).

No entanto, como estes parágrafos indicam, tal processo não é fundamental para a compreensão da regra, visto que os processos de tradução têm um fim, assim como as explicações encontram um fim (cf. De SOUSA, 2013). A resposta de Wittgenstein para o problema da compreensão baseia-se em duas premissas: primeiro, compreender algo assemelha-se ao domínio de uma técnica aprendida via exercícios e adestramento (*Abrichtung*)<sup>32</sup>, ou seja, uma habilidade que falantes competentes podem adquirir através de treinamento nos inúmeros jogos de linguagens<sup>33</sup>. Uma técnica caracteriza-se por regras de aplicação que tem relação direta com a compreensão<sup>34</sup>, e este é o segundo ponto. A regra, contudo, não é uma entidade abstrata, mas é algo aprendido e dominado através do treino (*Abrichtung*)<sup>35</sup>. Mas o que seria uma regra?

[...] Mas o que é ainda uma regra e o que não é mais? Eu não posso dar outra regra, como algo para além de sua expressão; pois da mesma forma os exemplos, se devem ser considerados exemplos, são uma expressão para a regra, como qualquer outra. Se eu digo então: somente denomino jogo quando ele ocorre segundo uma regra, e a regra é uma tabela, mas eu não posso garantir o modo de uso desta tabela, pois eu só posso estabelecê-la através de outra tabela ou outros exemplos. E eu não posso levar os exemplos adiante, como se eles mesmos não bastassem. E a segunda tabela é, no mesmo caso, como a primeira (*Nachlaß* item 213 p.188).

Na passagem 187 das *Investigações* Wittgenstein discute sobre se o significado de uma palavra poderia também ser entendido em termos de contra-factuais, que por sua vez poderiam fornecer um critério não-mental para julgar se um signo é *significado* de certo modo. Segundo o autor, esta característica também pertence ao conceito de habilidade<sup>36</sup>. O significado poderia, em princípio, ser determinado por análises contra-factuais. Wittgenstein até concede que um agente que recebeu a ordem “+2” poderia perfeitamente ter respondido “+2” se tivesse sido solicitado a responder tal ordem. Contudo ele se opõe à ideia de que o agente possa ter significado “+2” através de um ato mental, interpretando de algum modo estranho a regra. Wittgenstein aceita que o ato de significar “+2” no passado possa ser explicado pela substituição da forma do passado comum pelo subjuntivo; “Se

<sup>32</sup> Cf. WLC p.48, LSBPP §348, BGM I §4, 10, PU §150.

<sup>33</sup> Cf. PU §§150, 9, 7.

<sup>34</sup> Cf. BB p.13.

<sup>35</sup> Z §419.

<sup>36</sup> Cf. MCGINN, 1984, p.34.

you tivesse me perguntado antes eu teria respondido...<sup>37</sup>. Novamente, o ponto em questão é que o significado não pode ser determinado por um ato mental, porque *interpretar* algo é um ato mental e, como foi visto, a mente não exerce este papel, mas sim o uso público de um signo<sup>38</sup>.

Em outras palavras, a regra é aplicada e não está separada da prática: “A regra que foi ensinada e é subsequentemente aplicada apenas nos interessa na medida em que está envolvida na aplicação. *Uma regra, tanto quanto nos interessa, não age à distância*”<sup>39</sup>. A regra é aplicada automaticamente ou espontaneamente, sem consulta à memória ou uma tabela. O critério de aplicação da regra é o próprio comportamento de aplicação da regra, e, é bem possível que algo ocorra na mente ou aconteça uma interpretação, porém, a compreensão da regra é anterior a ambos. Além disso, a regra é apreendida de modo inconsciente e automático: “Nós usamos a linguagem automaticamente, sem pensar nas regras da gramática [...] Nosso uso da linguagem é semelhante a jogar um jogo de acordo com regras. Algumas vezes ela é usada automaticamente, algumas vezes parece que alguém olha para as regras [...] A palavra é usada *semi*-automaticamente”<sup>40</sup>. Sobre este tema Budd afirma o seguinte:

A compreensão da regra por uma pessoa é manifesta no uso que faz da regra. Como ela compreende a regra depende do que faz [do comportamento] em um ponto particular ou em uma certa situação. [...] Se ela não faz o que nós fazemos então não está seguindo a regra que seguimos. E se não pudermos ver qualquer tipo de regularidade no que ela faz [...] não julgaremos que ela está seguindo a regra; talvez julgemos que ela não está seguindo qualquer regra (PU §§207, 237, BGM VI §45)<sup>41</sup>.

De acordo com Wittgenstein, o conceito de *compreensão* está ligado ao conceito de *significado*, e ambos estão ligados ao conceito de *regra*. Como já é algo trivial, o significado de uma palavra para Wittgenstein é o uso que se faz dela nos jogos de linguagens,<sup>42</sup> e este uso é regido por regras que vêm embutidas na própria prática cujo uso é estabelecido pela gramática<sup>43</sup>. A gramática, por sua vez, se estabelece a partir das práticas linguísticas. À primeira vista, parece existir uma circularidade aqui, mas é apenas aparente haja vista a prática e regra serem termos indissociáveis. A posição de Wittgenstein é próxima do pragmatismo e naturalismo.

---

<sup>37</sup> Cf. PU§184 e posteriores, BB p.142.

<sup>38</sup> Cf. BUDD, 1989, p.31-32.

<sup>39</sup> BB p.14.

<sup>40</sup> WLC p.13, 32, 77. Cf. também BB. p.85-89.

<sup>41</sup> BUDD, 1989, p.29.

<sup>42</sup> Cf. PU §§9, 432.

<sup>43</sup> Cf. PG I §23, II § 29.

A compreensão ocorre no nível das práticas linguísticas, a partir da aplicação das regras de uso das palavras. Contudo, a regra não é uma entidade abstrata captada através de um ato mental ou intuitivo. *A regra é aplicada e compartilhada pelos falantes de uma forma de vida. Não se encontra em manuais ou em algum lugar etéreo. A regra é o pressuposto central das práticas linguísticas. Uma regra é apreendida no próprio ato de aprendizagem da linguagem.*

Embora o conceito de regra seja central para o conceito de compreensão, Wittgenstein não define o termo. Não há em sua filosofia tardia definições determinadas, porque definir algo é excluir possibilidades semânticas do conceito definido. Mas o autor assume que os conceitos formam famílias por meio de semelhanças (semelhanças de família); uns conceitos são mais aparentados do que outros. O conceito de regra tem semelhanças próximas com os conceitos aplicação, publicidade e compreensão. Wittgenstein não explica o que é uma regra, mas mostra exemplos de aprendizagem e aplicação, pois o intuito do autor é indicar os diferentes usos do conceito de regra (cf. BB p.98). Sobre isso afirma Wittgenstein:

A regra pode ser um auxílio no ensino do jogo. É comunicada àquele que aprende, e sua aplicação é exercitada. – Ou é uma ferramenta do próprio jogo. – Ou: uma regra não encontra emprego nem no ensino nem no próprio jogo; nem está indicada num catálogo de regras. Aprende-se o jogo observando como os outros jogam. Mas dizemos que se joga segundo esta ou aquela regra, porque um observador pode ler estas regras na *praxis* do jogo. [...] Mas como o observador distingue nesse caso, entre um erro de quem joga e uma jogada certa? Há para isso indícios no comportamento dos jogadores (PU §54).

[...] e pode-se aprender o jogo puramente pela prática, sem regras explícitas (ÜG §95).

A prática do uso da regra também mostra o que é um erro na sua aplicação (ÜG §29).

Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são costumes (*Gepflogenheiten*) (emprego, instituições) (PU §199).

[...] fui treinado para reagir de uma determinada maneira a este signo e agora reajo assim (PU §198).

Portanto ‘Seguir uma regra’ é uma *praxis*. E *acreditar* seguir a regra, não é seguir a regra. E por isso não se pode seguir a regra ‘privadamente’; porque senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra (PU §202).

Seguir uma regra é análogo a: seguir uma ordem. Somos treinados para isto e reagimos de um determinado modo (PU §206).

Quando sigo a regra, não escolho. Sigo a regra *cegamente* (PU §219)<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Cf. também PG I §§42-43, 73, PU §31.



O corolário a partir destas passagens é que a característica fundamental da regra é a *aplicação*: regras são seguidas, e agentes não aplicam regras pensando nestas. “Acreditar” é um estado mental e, portanto, não pode ser fundamento para a compreensão da regra. Nenhum agente habilitado dirige pensando nas regras da direção ou do trânsito, isso seria insensato, pois à cada ação teria de haver uma imagem na mente previamente determinando o agir, à cada ação teria de haver uma consulta prévia à memória (ou uma tabela)<sup>45</sup>. Isso impossibilitaria *ab initio* qualquer ação, já que haveria um conjunto indefinido de imagens a serem apreendidas previamente na mente e em sequência, o que inviabilizaria a ação. Antes do agir, ter-se-ia de consultar sempre uma regra na mente, que poderia referir-se à outra, à outra, e assim *ad infinitum*. E a ação? Haveria um abismo a ser transposto entre o acesso mental às regras e à ação. Como diz Wittgenstein, “seguimos a regra cegamente”, e “cegamente” significa aqui algo *espontâneo, natural, automático, não-refletido*. No parágrafo 197 das *Investigações* Wittgenstein diz:

“É como se pudéssemos apreender todo o emprego da palavra de um só golpe”.  
 – Sim dizemos que fazemos isso. Isto é, descrevemos às vezes, aquilo que fazemos com estas palavras. Mas não há nisso que acontece, nada de espantoso, nada de estranho. Torna-se estranho quando somos levados a pensar que o futuro desenvolvimento de qualquer coisa tem de estar já de algum modo presente no ato de apreensão, e, atualmente não está. Pois dizemos que não há nenhuma dúvida de que compreendemos esta palavra, mas por outro lado, sua significação reside no seu emprego. Não há dúvida de que quero jogar xadrez agora; mas o jogo de xadrez é este jogo devido a todas as suas regras (e assim por diante). Não sei então o que queria jogar antes de *ter* jogado? Ou então, estão todas as regras contidas em meu ato de intenção? Ora, é a experiência que me ensina que geralmente a este ato de intenção segue-se este modo de jogar? Posso, portanto, não estar certo do que intencionava fazer? E, se isto é absurdo, que tipo de ligação ultra rígida subsiste entre o ato de intenção e o intencionado?  
 – Onde é feita a ligação entre o sentido das palavras “Joguem uma partida de xadrez!” e todas as regras do jogo? – Ora, no catálogo de regras do jogo, no ensino de xadrez, na práxis diária do jogo<sup>46</sup>.

O conceito de *práxis* em Wittgenstein é fundamental e conecta-se imediatamente ao de *concordância* (algo público), pois qualquer tipo de dúvida será respondido através de uma prática específica (jogo de linguagem).<sup>47</sup> Somente o comportamento público do agente exibirá se ele compreendeu ou não. A *práxis* está intimamente relacionada com a publicidade do comportamento. O critério para saber se alguém compreendeu ou não a regra é a demonstração da ação do agente, i.e., a *práxis*. A regra não é anterior à ação, e não existe ação separada da regra. A *ação ela mesma é constituída e governada pela*

<sup>45</sup> Cf. PU § 53, 56, 342, P. II 504

<sup>46</sup> Cf. também BGM I §130.

<sup>47</sup> Cf. PU §54, 202 BGM VI §34, 41.

*regra*. Porém pode parecer que existe um abismo entre regra e aplicação, tal como Kripke vê. Realmente em várias passagens Wittgenstein se depara com um suposto abismo entre regra e aplicação. Contudo, tal abismo é aparente e é um equívoco decorrente da adoção do modelo mentalista e interpretacionista, e sobre esse suposto abismo Wittgenstein afirma o seguinte:

Nosso paradoxo era este: uma regra não poderia determinar um modo de agir (*Handlungsweise*), visto que cada modo de agir estaria em concordância com a regra. A resposta era: se cada modo de agir deve estar em concordância com a regra, então pode também contradizê-la. A partir disto não haveria aqui nem concordância nem contradição. Que isso é um mal-entendido, mostra-se já no fato de que nesta sequência de pensamentos colocamos interpretação após interpretação; como se cada uma delas nos acalmasse, pelo menos por um momento, até pensarmos em uma interpretação que resida antes daquela. Através disto, mostramos o seguinte, que existe uma concepção de uma regra que *não* é uma interpretação; mas sim que se manifesta, em cada caso de seu emprego, naquilo que chamamos de “seguir a regra” e “ir contra ela”. É por isso que há uma tendência (*Neigung*) para afirmar: todo agir segundo regra seria uma interpretação. Mas deveríamos chamar de “interpretação” apenas a substituição de uma expressão da regra por outra (PU §201).

O paradoxo desaparece apenas quando rompemos radicalmente com a ideia de que a linguagem funciona sempre de *um* modo, serve sempre ao mesmo objetivo: ser o veículo de [exteriorizar, *Übertragen*] pensamentos – sejam estes pensamentos sobre casas, dores, bem, mal, ou o que seja (PU §304).

Para estabelecer uma práxis, não bastam somente regras, mas precisa-se também exemplos. Nossas regras deixam a porta dos fundos abertas, e a práxis tem de falar por si mesma (ÜG §139).

Tem-se a impressão de que existe uma dificuldade, de que a regra deva ser dada a signos que não contêm seus usos, e que então existe uma lacuna entre uma regra e sua aplicação. Mas isso não é um problema, mas uma câmbra mental. Então surge uma pergunta de quando este problema impressiona alguém. Mas não é quando formulamos a regra ou quando a aplicamos. Somos apenas atormentados quando olhamos para a regra de um modo particularmente estranho. A coisa característica sobre todos os problemas filosóficos é que eles surgem de um modo peculiar. Como solução, eu posso apenas dar exemplos, que se você pensar sobre eles encontrará a câmbra e, então, relaxará. Na vida cotidiana, ninguém é atormentado pela lacuna entre o signo e sua aplicação. Para acalmar a câmbra mental não basta livrar-se dela: você tem de ver também por que você a tem (WLC p.90)<sup>48</sup>.

O perigo aqui, penso eu, é dar uma justificação de nosso modo de agir (*Vorgehen*), onde não existe nenhuma justificação e nós simplesmente deveríamos dizer: *é assim que fazemos* (BGM III §74).

*Não precisamos ter razão nenhuma para seguir a regra do modo que seguimos*. A cadeia de razões tem um fim (BB p. 142-143).

<sup>48</sup> Ver também WLC p. 132-133, PG I §§ 86, 110, 133, PU §§431, 433, 505, 125, BB p. 142-143.

As citações sugerem que há um pano de fundo complexo que determina (ou influência) o modo de agir dos agentes,<sup>49</sup> e a ação correta só é possível mediante o reconhecimento de que a atividade de seguir regras pressupõe o domínio de habilidades. Portanto, compreender uma regra é dominar uma técnica de aplicação contra o pano de fundo de práticas normativas. Não há qualquer abismo entre regra e aplicação, pois nós agimos, seguimos as regras e pronto.<sup>50</sup> Se houvesse abismo, não agiríamos. A prática demonstra isso ou fala por si. Só aquele que aceita o modelo mentalista e interpretacionista confronta-se com um abismo. Em nossas práticas não vemos qualquer abismo, isso é confusão de filósofo. O que importa é que seguimos regras, pois “Se ensinamos a um ser humano tal e tal técnica através de exemplos – de forma que ele depois proceda *assim* e não *assim* num determinado caso novo, ou então que ele não empaque, e que assim seja esta e não aquela, para ele, a continuação é “natural”: isto é por si mesmo um fato da natureza extremamente importante”<sup>51</sup>.

### Compreensão = Ser Capaz = Domínio de Técnicas

Diante das passagens selecionadas pode-se perceber que o entendimento geral da epistemologia de seguir regras em Wittgenstein baseia-se em alguns conceitos centrais, como “técnica”, “costume” e “prática”. O conceito de técnica<sup>52</sup> liga-se ao conceito de capacidade, que por sua vez liga-se ao conceito de habilidade e, finalmente, todos se ligam ao conceito de compreensão. Existem, portanto, alguns conceitos-chave que orbitam em torno do conceito de compreensão<sup>53</sup>. Conforme dito, tais conceitos são aparentados por semelhanças de família.

O conceito de “capacidade” está muito próximo do de *saber fazer, ser capaz, know-how, dominar uma técnica*. Compreender um signo equivale a dominar uma habilidade, dominar uma técnica de uso, por exemplo, nadar pressupõe o domínio de um conjunto de técnicas e a habilidade de aplicá-las. Além disso, aprender a nadar não se baseia na leitura sistemática de um manual de regras

<sup>49</sup> Cf. ÜG §§94, 105, 410, 455.

<sup>50</sup> No *Big Typescript* item 213, parece ser a primeira vez em que Wittgenstein discute este hipotético problema. Neste item ele investiga rudemente a suposta lacuna entre ordem e execução desta. O elo poderia ser a interpretação. A conclusão de Wittgenstein é direta: “Se alguém me pergunta: “Que horas são” não ocorre em mim nenhuma interpretação. Eu reajo imediatamente aquilo que vejo e ouço. [...] Se eu digo agora: não basta que eu perceba um rosto ameaçador, mas primeiramente eu tenho de interpretá-lo como tal – Alguém puxa uma faca contra mim e eu digo: “Compreendo isso como uma ameaça”. Ou seja, ninguém interpretaria primeiro para depois agir. A ação é imediata.

<sup>51</sup> Z §355.

<sup>52</sup> “As palavras “linguagem”, “proposição”, “ordem”, “regra”, “cálculo”, “experimento”, “seguir uma regra” relacionam-se com uma técnica, com um costume.” BGM VI §43.

<sup>53</sup> Cf. PU §§150, 199, 205, BB p.112-115, Z§165.

de natação, mas consiste na *observação* do comportamento do professor, a partir de um ponto de vista que forneça uma visão geral (*Übersicht*), e, após esta observação, repetir os mesmos movimentos. O domínio das técnicas de nadar só surge com treinamento<sup>54</sup> e repetição, e somente agentes capazes podem nadar. A analogia serve para a linguagem; quem não possui os requisitos mínimos para utilizar a linguagem (por exemplo aparato cognitivo-intelectual normal) não conseguirá aplicar regras. Portanto, não utilizará a linguagem como agentes normais (por exemplo, pessoas acometidas por problemas neurológicos ou que sofrem de patologias que incapacitam o uso da linguagem, como afasia, dislalia, dislexia e discalculia).

A ideia de que a compreensão é uma capacidade de empregar signos segundo certas regras elimina o chamado abismo entre regra e aplicação, que é muito caro ao defensor da concepção mentalista e interpretacionista, uma vez que o conceito de compreensão possui um caráter *externo, público*. Para Wittgenstein as confusões são eliminadas se considerarmos a compreensão do ponto de vista da terceira pessoa, ou seja, acessível ao público externo. A compreensão, portanto, torna-se algo público, visível no comportamento do agente<sup>55</sup>. Similarmente, pensar a compreensão através do conceito de habilidade nos faz ver as conexões essenciais com o comportamento. No entanto, parece evidente que em algum lugar do cérebro ocorre o fenômeno da compreensão, em algum nível ainda não explicado pela neurociência, mas para Wittgenstein este tipo de investigação não compete à filosofia<sup>56</sup>. Segundo o autor, a palavra “compreensão” é utilizada de vários modos na linguagem cotidiana, e não seria possível definir todos os seus usos<sup>57</sup>. Por este motivo ele afirma que há uma família de conceitos aparentados uns com os outros.

O domínio da linguagem é, portanto, o domínio de um conjunto de técnicas de uso – que são habilidades adquiridas pelo treinamento, e a compreensão se mostra no decorrer do comportamento dos agentes. Nos *Livros Azul e Marrom* Wittgenstein discute extensivamente sobre o conceito de habilidade, relacionando a compreensão de uma regra com a compreensão de uma frase musical: “O que chamamos “compreender uma frase” tem, em muitos casos, uma semelhança muito maior com a compreensão de um tema musical”<sup>58</sup>. Em outras palavras, compreensão em música consiste em ouvi-la e

---

<sup>54</sup> A palavra em alemão é *Abrichtung* é usada em contextos de adestramento de animais. A escolha é estratégica, pois Wittgenstein ressalta que o homem é um animal como outro qualquer (posição naturalista). A diferença é que temos linguagem articulada e inventamos uma coisa chamada cultura.

<sup>55</sup> Cf. PU §157.

<sup>56</sup> Cf. PG I §6.

<sup>57</sup> Cf. WLC p.113-115.

<sup>58</sup> BB p.114 e seguintes, Z §165, 172.

repeti-la várias vezes. Não existe algo do tipo “a compreensão primeira e depois o cantar ou tocar”, uma vez que não há consulta prévia à partitura ou à mente, ou mesmo a uma intuição perceptiva direta com a ideia *a priori* da música ou qualquer coisa do gênero. O aprendiz *canta* e pronto, *repete* a melodia e pronto, ouve atentamente primeiro e depois repete. Não há imagem ou consulta de partitura na mente, mas tão e somente a ação de cantar a música, tal como um instrumentista ouve atentamente, treina diariamente, observa seu professor, *consulta a partitura* (que contém as “regras”, ou seja, as notas em casos onde se exige) e com isso adquire a habilidade. A partir de então, começa a tocar o instrumento *automaticamente*.

O processo de tocar ou cantar consiste apenas do emprego de técnicas, i.e., regras reproduzidas automaticamente. Wittgenstein ressalta que não devemos pensar na habilidade como algo mental oculto ocorrendo na mente como um mecanismo interno. Habilidades não são performances internas, mas podem ser visualizadas nas ações dos agentes. O externalismo semântico de Wittgenstein ressalta que regras podem ser compreendidas e dominadas a partir do ponto de vista das práticas cotidianas dos jogos de linguagens.

### Considerações Finais

Conforme foi exposto, para Wittgenstein, compreender uma regra é saber continuar<sup>59</sup>. Ao contrário do que Kripke afirma, o paradoxo aparece apenas no caso de se admitir o modelo de compreensão, e a rejeição da concepção mentalista faz parte da estratégia de Wittgenstein, que é desfazer os equívocos gerados por esta concepção. Em vários outros parágrafos, se vê Wittgenstein rejeitando este modelo, e, portanto, não é possível que Wittgenstein esteja declarando um paradoxo no parágrafo 201 das *Investigações*. O suposto paradoxo em 201 surge em decorrência da aceitação do modelo mentalista e interpretacionista discutido neste contexto, e, logo em seguida, é refutado por Wittgenstein através da afirmação de que tal paradoxo resulta de um mal-entendido originário de sucessivas interpretações da regra.

Wittgenstein ressalta frequentemente que compreender a regra não é interpretá-la, no sentido de traduzir mentalmente um signo por outro. Signos em si mesmos não dizem nada sobre seus usos e nem contêm os usos futuros. Os signos ganham vida na prática, na linguagem: “Não podemos adivinhar como uma palavra funciona. Temos de *ver* seu emprego e aprender com isso.”; “Todo signo *sozinho* parece morto. *O que* lhe dá vida? – No uso, ele vive”<sup>60</sup>; “O

---

<sup>59</sup> Cf. PU §§151-154.

<sup>60</sup> PU §§340, 432.

signo apenas vive no sistema”<sup>61</sup>; “Somente na prática de uma linguagem uma palavra pode ter significado”<sup>62</sup>.

Assim, o parágrafo 202 das *Investigações* é a conclusão dos parágrafos anteriores; “Obedecer uma regra é uma prática”, algo público expresso na forma de uma ação que se repete no tempo, e a compreensão consiste no domínio destas regras. Pensar que está seguindo a regra não é seguir a regra, pois o pensamento pode ser um e a ação outra. Seguir regras também não consiste em acreditar que segue a regra; “Acredito que sigo regra”, “esta crença me faz seguir a regra”; pensar que está seguindo a regra *não é seguir a regra*. Por exemplo, *pensar* que é um triatleta não é *ser* um triatleta, pois são necessárias certas habilidades e o domínio de um conjunto de técnicas.

Kripke busca fundamentos seguros para o ato de significar uma palavra, porém Wittgenstein diz o contrário, que não existem fundamentos racionais. De acordo com Colin McGinn<sup>63</sup>, Kripke erra o alvo em suas observações sobre Wittgenstein. O que Wittgenstein faz é desfazer as confusões geradas pela aceitação de um certo modelo de compreensão, a saber, o modelo mentalista e interpretacionista. A preocupação de Wittgenstein não é com a fundamentação do ato de significar, mas em desfazer as confusões que caímos ao adotar a postura mentalista para explicar nossas ações. Segundo Wittgenstein nós temos uma tendência muito forte em aceitar certos tipos de explicações, principalmente explicações inspiradas no modelo mentalista, mais exatamente no que concerne a compreensão.

A ideia de que a compreensão é um ato mental é muito atraente, e frequentemente filósofos se utilizam desta concepção. Como foi visto, o que Wittgenstein irá negar é a possibilidade de que significar alguma coisa consista em ter algo em mente, muito antes do uso público. A consequência deste tipo de concepção é a cisão interno/externo, no qual o interno (mente) teria primazia sobre o externo (ações públicas). De acordo com este modelo o ato de significar seria um ato mental anterior ao comportamento. Esse tipo de atitude é responsável por confusões na filosofia, diria Wittgenstein<sup>64</sup>. Portanto, o objetivo de Wittgenstein é desfazer os mitos criados em filosofia mostrando que são originados pela aceitação do modelo mentalista cuja explicação funda-se em termos psicológicos. Wittgenstein deixa claro o tipo de investigação que faz: “Começarei falando sobre problemas relacionados com a compreensão,

---

<sup>61</sup> Z §146.

<sup>62</sup> BGM VI §41.

<sup>63</sup> MCGINN, 1984, p.60.

<sup>64</sup> “Dificuldades em filosofia ocorrem frequentemente em casos onde se afirma que um estado especial da mente representa uma palavra.” WLC p.56.

pensamento e significado. *Minha investigação não será psicológica*<sup>65</sup>. A explicação wittgensteiniana baseia-se nos jogos de linguagens (ferramentas de compreensão), que são atividades públicas acessíveis por qualquer agente normal. Nada está oculto. Não há mistérios semânticos, mas confusões linguísticas decorrentes do meu uso da linguagem.

O comportamento público tem primazia sobre a mente. O que se passa na mente não importa. Contudo, isto não significa exclusão total de experiências conscientes. Como foi visto, Wittgenstein não nega que possam surgir imagens pela mente ou experiências subjetivas. O que ele nega é que estas experiências privadas possam determinar o significado e o comportamento. Um behaviorista clássico não admitiria isto, pois entre o *input* e o *output* não ocorre nada. A mente não faz absolutamente nada, não possui influência causal no mundo. O behaviorismo de Wittgenstein é minimalista, apesar do autor discordar desta visão. Mas ainda sim ele considera o comportamento um fator primitivo, anterior ao que ocorre na mente, e não é causado pela mente. Portanto, é possível identificar em Wittgenstein um resquício behaviorista. Todavia, Wittgenstein, em alguns momentos, se iguala ao behaviorista clássico ao desconsiderar que a mente exerça algum papel relevante na compreensão. No fundo, o que ambos fazem é recusar as teses mentalistas subjacentes na filosofia moderna. Uma *arqueologia* dos escritos wittgensteinianos evidencia o lado behaviorista do autor, mas este não foi o propósito deste texto.

A descrição de Wittgenstein reflete o que Hume já percebeu há muito tempo, a saber, que nossas crenças não estão fundadas na razão, mas surgem do hábito e costume. A rotina diária demonstra que se um agente põe a mão no fogo, a consequência imediata será queimadura e, a partir deste fato, define uma crença para esta ocorrência, “fogo causa danos ao corpo” (uma conexão lógico-causal) e, em seguida, estabelece uma crença que fundará seu modo de agir. Contudo, pode não haver conexão causal alguma entre os eventos, conforme Hume observou. A crença estabelecida via experiência, define a ação: não repetir esta ação no futuro. Não se trata de racionalização, mas de observação natural (eu diria, *tentativa* e *erro*) que origina o hábito. Tal como Hume, Wittgenstein sustenta que nenhum fato da razão pode justificar nosso agir, porque a única justificativa que possuímos é o *costume*, o *hábito*, ou seja, o comportamento regular. Somos treinados desde criança a fazer certas coisas e não outras, a ver certas coisas e não outras e isso é característico de nossa forma de vida. Aprendemos que  $2 + 2 = 4$ , que a Terra é redonda e existe muito antes do nosso nascimento, que se botarmos a mão no fogo queima, etc.

---

<sup>65</sup> WLC p.43.

Aprendemos um conjunto de proposições inter-relacionadas que não foram estabelecidas racionalmente, mas acumularam-se na forma de vida espontaneamente, pelo hábito e costume.

Wittgenstein ressalta que a linguagem é um fenômeno natural,<sup>66</sup> que não surgiu por meio de convenção ou racionalização, simplesmente emergiu em algum momento da evolução e usá-la é uma inclinação natural nossa a partir do domínio de um conjunto de técnicas de uso definidas pelo hábito. “É isso o que fazemos!”, diz Wittgenstein; qualquer ser humano normal é capaz de dominar esse conjunto de técnicas, e não há abismo entre regra e aplicação. Nós não agimos deste modo. Tal problema surge porque alguns filósofos querem buscar algo mais, quando a única coisa que podemos dizer é “É assim que nós agimos”, uma vez que: “A dificuldade é compreender a falta de fundamentos das nossas crenças<sup>67</sup>. Não há nada de estranho no que fazemos. Continua Wittgenstein:

Realmente, a única coisa errada que você diz é a expressão “de modo estranho”. O resto está correto; e a proposição parece estranha apenas quando alguém imagina um jogo de linguagem diferente para ela, diferente daquele em que nós atualmente usamos (BGM I §126).

O uso incompreendido de uma palavra é interpretado como a expressão de um estranho *processo*. (Como pensamos do tempo como um estranho meio, da mente (*Seele*) como uma espécie de ser estranho) (BGM I §127).

Mas nosso interesse não se liga ao fato de que tal e tal (ou todos) os homens tenham sido levados a este caminho por essas regras (ou tenham ido por este caminho); consideramos tão natural que os homens – “se eles podem pensar corretamente” – continuam deste modo. *Mas seguimos em um caminho, por assim dizer, através do qual as pegadas já foram deixadas. E neste caminho passa todo tráfego – para diversos sentidos* (BGM I §163)<sup>68</sup>.

Em resumo, caminhamos pela estrada já trilhada e estabelecida por outros há anos atrás. Não duvidamos de certas coisas, simplesmente seguimos a regra, tal como sempre foi seguida. Começamos do meio, e todo fluxo de práticas sociais ocorre nesta estrada (a forma de vida). Não houve uma fundamentação racional dos jogos de linguagem, eles são simplesmente o resultado do desenvolvimento natural da forma de vida. Certas regras já estão assentadas e não dão espaço para dúvidas céticas. Dúvidas são ocorrências naturais em contextos de aprendizado: quando o aprendiz não entende a aplicação de uma regra, o mestre repete o uso para estabelecer a compreensão entre regra e sua aplicação, e, ao compreender a aplicação da regra, a dúvida desaparece.

<sup>66</sup> Cf. BGM VI §32-34.

<sup>67</sup> ÜG§166, cf. também cf. PU §§211, 217, 326.

<sup>68</sup> Cf. também PU §§654, 415, 197.



## Referências

- BAKER, G. P. & HACKER, P. M.S. *Scepticism, Rules and Language*. Oxford: Blackwell, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein: Understanding and Meaning*, Vol. 1 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity*, Vol. 2 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 1985.
- BONCOMPAGNI, A. *Wittgenstein and Pragmatism: On Certainty in the Light of Peirce and James*. Palgrave Macmillan UK. 2016.
- BUDD, M. *Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. London: Routledge, 1989.
- De SOUSA, C. E. B. "O Processo de Formação de Proposições e a possibilidade da Dúvida no Sobre a Certeza de Wittgenstein". *Argumentos Revista de Filosofia*, Ano 5, nº 9, 2013.
- FOGELIN, R. F. *Wittgenstein*. London: Routledge, 1987.
- GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Meaning and Mind*, Vol. 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 1990.
- KNOTT, H. "Before Language and After". In: *Philosophical Investigations* 21, January, 1998.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Oxford: Blackwell, 1982.
- MCGINN, C. *Wittgenstein on Meaning*. Oxford: Blackwell, 1984.
- MCCULLAGH, M. "Wittgenstein on Rules and Practices". In: *Journal of Philosophical Research*, v. 27, 2002.
- MALCOLM, N. "Wittgenstein: The Relation of Language to Instinctive Behaviour". In: *Philosophical Investigations*, v. 5, January, 1982.
- MOYAL-SHARROCK, D. "Logic in Action: Wittgenstein's Logical Pragmatism and the Importance of Scepticism". In: *Philosophical Investigations* 26, April, 2003.
- MOUNCE, H. O. "The Inner and the Outer". In: *Philosophical Investigations* 25, January, 2002.

- NEDO, M. *Ludwig Wittgenstein, Einführung*. Wiener Ausgabe Springer-Verlag, Wien, New York, 1993.
- PEARS, D. “Wittgenstein’s Naturalism”. In: *The Monist* 78, 1995.
- PIHLSTRÖM, S. “A New Look at Wittgenstein and Pragmatism”. In: *European Journal of Pragmatism and American Philosophy* [Online], IV-2 | 2012.
- RHEES, R. “Language as Emerging from Instinctive Behaviour”. In: *Philosophical Investigations*, v. 20, January, 1997.
- SCWYZER, H. “Rules and Practices”. In: *The Philosophical Review*, v. 78, 4, 1969.
- WITTGENSTEIN, L. *The Blue and Brown Books* (BB). Oxford: Blackwell, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein’s Lectures, Cambridge 1932-1935 (WLC)*. AMBROSE, A. (ed.), Oxford: Blackwell, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Werkausgabe* in 8 Bänden. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.
- Band 1: Tractatus Logico-Philosophicus (TLP), Tagebücher 1914–1916, Philosophische Untersuchungen (PU).
- Band 2: Philosophische Bemerkungen (PB).
- Band 4: Philosophische Grammatik (PG).
- Band 6: Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik (BGM).
- Band 7: Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie (BPP), Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie (LSPP).
- Band 8: Bemerkungen über die Farben (BF), Über Geweißheit (ÜG), Zettel (Z), Vermischte Bemerkungen (VB).
- \_\_\_\_\_. *Ludwig Wittgenstein, Wiener Ausgabe*. NEDO, M. (ed.). Wien, Berlin, New York, Springer-Verlag, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Wittgensteins Nachlaß*. The Bergen Electronic Edition. Oxford: OUP, 2000.
- VESEY, G. (ed.). *Wittgenstein on the Myth of Mental Process*. *The Philosophical Review*, v. 77, Issue 3, 1968.

E-mail: cdesousa@uenf.br

Recebido: Janeiro/2019

Aprovado: Outubro/2019